

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E  
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXX.**

**XXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão,  
portadora do RG nº XXXXXXXX, expedida pela XXX/XX e do CPF  
nº XXXXXXXX, residente e domiciliada em XXXXXXXX, telefones:  
(XX) XXXXXXXX, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO  
DISTRITO FEDERAL**, requerer

**ALVARÁ JUDICIAL PARA LEVANTAMENTO  
DE VALOR DE CONTA BANCÁRIA**

em nome de **XXXXXXX**, falecido aos XX/XX/XXXX, consoante cópia da  
certidão de óbito em anexo, pelas razões de fato e de direito a seguir  
aduzidas:

---

---

## DOS FATOS:

O falecido era titular de conta no Banco de Brasília, agência nº XXXX, XXXXX; Banco XXXX, Agência XXX, Conta nº XXX e Caixa Econômica Federal (agência Setor Bancário Sul), sendo que o cartão bancário da CEF ficou retido na agência quando o requerente lá compareceu para noticiar o óbito do genitor.

Cumpra esclarecer que as instituições bancárias recusaram-se a fornecer extratos bancários e saldo bancário atualizado, alegando sigilo bancário. Todavia, o requerente sabe da existência de saldo nas contas, posto que tal fato foi mencionado por seu genitor quando era vivo.

Por outro lado, vale mencionar que o falecido deixou XXX filhos; que não existem outros bens a inventariar; que não consta dependentes habilitados perante o INSS, conforme certidão em anexo.

O requerente - como se vê - é filho do *de cujus* e não tem informações do paradeiro dos irmãos. Dessa forma, subsiste seu direito ao levantamento de sua quota parte sobre eventuais valores depositados nas contas acima especificadas.

Sua pretensão encontra respaldo na Lei nº 6.858/80, em seu artigo 2º:

**“Art. 2º - O disposto nesta Lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de**

---

**valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional.”**

Diante do exposto, **requer;**

a) Os benefícios da justiça gratuita, por ser juridicamente pobre nos termos da Lei;

b) A expedição de ofício ao Banco de Brasília, Banco XX e Caixa Econômica Federal, para que forneçam extratos com os eventuais saldos das respectivas contas existentes em nome de **XXXXXXXXXX**;

c) a procedência do pedido, expedindo-se ALVARÁ JUDICIAL PARA LEVANTAMENTO DA QUOTA A QUE FAZ JUS O REQUERENTE DE EVENTUAIS IMPORTÂNCIAS DISPONÍVEIS NAS CONTAS DESCRITAS.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXXX (XXXXXXXX).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXXXX, XX de XXXX de XXX.

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**XXXXXX**  
**Mat. XXXXX**

**Defensora Pública**